

ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2021
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão-Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Cita o Projeto de Lei n. 051.1/2021, de sua autoria, que prevê a proibição de que o Governo do Estado realize *lockdown*, o fechamento do comércio e das indústrias, sem aviso prévio de 48 horas, sem ouvir as entidades produtivas e sem fundamentação científica que embase e justifique essas determinações.

Relata que na presente data o projeto passou pela CCJ, e os Deputados pediram diligência para ouvir a Casa Civil e o MP, o que atrasa a sua tramitação. Neste sentido, agradece ao Deputado João Amin, do PP, por sua manifestação na

comissão, se mostrando muito parceiro ao lembrar a urgência desse projeto, bem como a sua constitucionalidade.

Elucidando a importância do projeto, apresenta vídeo, relatando exemplos de cidadãos que estão pedindo ajuda, como um casal do município de Botuverá, alguns profissionais liberais e outros que trabalham com o comércio. Pede para que os Deputados se sensibilizem e apoiem esse projeto, e fala que tem recebido sinalizações positivas do Governo.

Refere-se à Polícia Militar de Santa Catarina, com um trabalho fundamental e de excelência, entretanto, registra dois episódios tristes, desde o início dos decretos do Governador Moisés. O primeiro, quando a polícia interrompeu o culto doméstico de cinco senhoras que estavam orando, e o segundo, foi a invasão e interrupção de uma missa de sacramento da Crisma, que ocorria com o distanciamento e uso de máscaras.

Menciona que, recentemente, estava reunida com a sua mãe, que estava de aniversário, e foi surpreendida por notícias de que a Polícia Militar interrompeu o que supostamente era uma festa de aniversário.

Dessa forma, apresentará um requerimento perguntando à Polícia Militar quais foram as razões que levaram àquela invasão de propriedade. Segundo áudio do comandante, foi um flagrante delito de descumprimento do decreto, o que a deixa preocupada, e demonstra certeza de que se houve um equívoco, a PM, através de inquérito que já está aberto, vai solucionar.

Critica regras que não fazem sentido, como reduzir o horário de funcionamento do comércio, fazendo com que as pessoas se aglomerem, uma vez que têm menos tempo para as compras, e indaga qual é fundamento que permite que as pessoas entrem na farmácia, e não na Igreja, se obedecerem às mesmas regras sanitárias. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Menciona a carreato do final de semana, em Joinville, com a participação de mais de 1.000 carros contra o

lockdown e demais medidas restritivas, que extrapolam a capacidade do comércio e da indústria de encontrar viabilidade para continuar funcionando.

Congratula-se com todos os brasileiros que tiveram coragem de ir às ruas e reivindicar por um direito constitucional que lhes estava sendo tirado. Ressalta que é reconhecida a letalidade, a capacidade de transmissão do vírus, que já levou amigos, parentes e colegas, e não admite que sejam chamados de negacionistas.

Registra que, na segunda-feira, após as manifestações, embora alguns digam ser coincidência, o Juiz Jefferson Zanini decidiu suspender os efeitos das medidas tomadas pelo Ministério Público. Parabeniza-o e pede para que não ouça somente o COES, mas também o setor produtivo do Estado, os comerciantes a agroindústria, enfim, o povo, porque o COES talvez tenha uma opinião unilateral. Coloca que isso não tira o mérito do trabalho executado pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público do Estado, parabenizando-os, pois fizeram o que tinha que ser feito, já que o Executivo não o fez.

Parabeniza o Presidente Bolsonaro por poupar o General Pazuello, que fez o seu melhor pelo Brasil à frente do Ministério da Saúde. Considera que, injustamente, imputaram-lhe ofensas infundadas e críticas, tentando manchar a sua carreira. Reforça que o Presidente, com justiça, bondade e sabedoria poupou o seu guerreiro, que mais tiros levou durante todo esse combate.

Finaliza dizendo: "General Pazuello, receba deste Deputado Sargento, ou deste Sargento Deputado, 35.053 continências!" [Taquígrafa: *Eliana*]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Faz algumas ponderações sobre não haver qualquer lógica em retomar as aulas nesse momento em que existem pessoas morrendo sem atendimento. Afirma que o coronavírus atinge todos, independente da idade, as crianças são assintomáticas e as escolas operam em comunidade. Se o vírus estiver

circulando na comunidade, poderá, sim, circular nas escolas.

Ressalta que mais de 50% dos profissionais da Educação está em grupo de risco, e prioridade, nesse momento, é a proteção à vida. Fala que centenas de crianças e adolescentes morreram infectadas pelo Covid-19, depois de desenvolverem a Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica, segundo dados do Ministério da Saúde. Cita o estudo da Faculdade de Medicina da USP que aponta que o vírus pode desenvolver uma síndrome rara no coração de crianças e adolescentes.

Esclarece que crianças se infectam tanto quanto adultos, e acrescenta que os Estados Unidos analisaram um surto de Coronavírus, num acampamento para crianças, em junho, em que 344 pessoas fizeram o teste, e 260 resultaram positivo. Em Manaus, em 2020, depois de dois dias de volta às aulas, casos de Covid fizeram as aulas serem suspensas. Diz que, em Jerusalém, numa escola, surgiu o primeiro caso de infecção entre os alunos e, semanas depois, a escola foi foco de um dos piores surtos de coronavírus em Israel.

Lembra que, no ano passado, quando se vivia momentos menos complexos, ficou-se um ano parado, tentando evitar a proliferação da pandemia nas escolas, e indaga por que voltar agora. Entende que isso se pode recuperar, mas é necessário proteger a vida das pessoas. Coloca que, além disso, as crianças podem atingir seus familiares em casa.

Apela ao Governo do Estado e aos Prefeitos para que olhem com prioridade para a vida, um olhar mais humano, pois o econômico depende da vida. Afirma que a estrutura existente não será suficiente para atender as demandas colocadas pelas pessoas.

Realça, mais uma vez, todo o carinho e respeito pelo trabalho de todos os profissionais na área da Saúde. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Comenta os aspectos negativos da nova fase da pandemia, destacando a necessidade de alternativas mais

eficientes para se combater o contágio com mais rapidez e agilidade. Enaltece o trabalho do Secretário da Saúde, que não tem medido esforços, e de forma competente tem reunido uma equipe que visita permanentemente todos os hospitais do Estado, para se atualizarem sobre a situação dos mesmos.

Registra que alguns setores da sociedade estão clamando por socorro e atenção, fazendo referência à taxa que é cobrada pelo Estado às empresas de transporte intermunicipal de passageiros, e de transporte turístico, a conhecida TFT. Sugere que o Poder Executivo envie ao Legislativo projeto de lei que isente todos do pagamento, salientando haver falta de bom senso, pois devido a decreto do Governo estadual muitas tiveram que parar com os seus serviços. Informa que vai enviar ao Governador indicação solicitando o pedido de isenção da taxa. Menciona que todas as empresas correm o risco de acumularem dívidas e caírem na inadimplência.

Finaliza, solicitando apoio a todos os colegas Deputados, no sentido de ajudar na causa desses empresários. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Inicia, lamentando a perda, por Covid-19, do vereador Juninho Fávero, com 33 anos, de Ascurra, reconhecendo que a doença está matando cada vez pessoas mais próximas. Concorda com a Deputada Paulinha, destacando que o povo não aguenta mais pagar impostos e taxas, sem poder exercer o seu direito ao trabalho.

Defende que o Ministério da Saúde crie protocolos específicos para o atendimento à Covid dentro das UTIs, pois hoje cada médico tem um procedimento. Acredita que os procedimentos devam ser alterados para que as pessoas tenham mais chance de sobrevivida. Deseja muita sorte ao novo Ministro, esperando que ele possa corrigir os equívocos que foram cometidos até agora, e que fundamentalmente o país concentre as suas forças na compra da vacina.

Menciona que recebeu com tristeza a informação que o Governo estadual deve R\$ 191 milhões para os hospitais filantrópicos, segundo a Associação dos Hospitais não foram efetuados os pagamentos de R\$ 112 mil para os leitos ativados, e também vários outros pagamentos de convênios e programas, para que os hospitais enfrentassem com eficiência o período da pandemia. Segundo a Federação dos Hospitais Filantrópicos, o Governo deve R\$ 191 aos hospitais. Questiona tal situação, que considera inadmissível, porque o Governo não pode ficar devendo dinheiro aos hospitais, deixando pessoas morrerem, e garganteando que está com o caixa cheio.

Cita às milhares de pessoas na fila, esperando por um leito na UTI, por isso não bate palmas ao Secretário André Motta Ribeiro, que permitiu que se chegasse ao caos. Relata que na presente data faz um ano que a ex-líder do Governo, Deputada Paulinha, comemorou a reabertura do Hospital Santa Inês, mas o hospital está fechado, ressaltando que foi uma comemoração que ficou só na festa. Acredita que o Secretário e o Governador precisam dar explicação sobre as 400 pessoas que estão na fila de UTI, no Estado, se o cofre está cheio.

Encerra, demonstrando preocupação com o agravamento da situação no Estado, informando que no mês de março nove crianças morreram vítimas de Covid-19. Concorde com o Deputado Padre Pedro sobre as crianças, e afirma que a população está desesperada, cobrando soluções e ações do Governo, que tem que fazer a sua parte. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Deputada Paulinha - Pede a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

IDEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra a Deputada Paulinha, pela ordem, para uma questão de ordem.

DEPUTADA PAULINHA - "Eu só quero dizer ao Deputado Ivan, em primeiro lugar, que o senhor sempre se refere a mim, Deputado Ivan, pelo reflexo das inseguranças dos homens tacanhos, miúdos, medíocres e míopes, que colocam a culpa

dos seus problemas na sua inabilidade, na sua incapacidade, nas suas políticas equivocadas.”

(Inaudível) “Em relação à questão do hospital ...”

(Falas paralelas entre os srs. Deputados Ivan Naatz e Paulinha.)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Solicita à assessoria que corte a palavra dos colegas Deputados.

Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos. [Taquígrafa: Ana Maria]

Partidos Políticos

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Reporta-se à passagem de um ano do fechamento das escolas, na presente data, ao indagar que lições foram obtidas de escolas abertas ou fechadas, mas percebe que não houve lição alguma, porque no dia anterior 22 cidades Grande Florianópolis premiaram a região com o fechamento das escolas.

Ressalta que depois de um ano de escola fechadas, depois de atingir o ápice da pandemia, e com escolas fechadas, é uma decisão anticientífica e contrária a todas as recomendações de associações médicas, do CRM, da ONU, da UNICEF, OMS e outros.

Diz que o Brasil não considera a educação como primordial, por entender que as escolas deveriam ser as últimas a fechar e as primeiras a abrir. E indaga qual foi o critério de decisão para esse decreto incluir as escolas nessas restrições, qual foi o embasamento científico e, ao mesmo tempo, comenta que o Ministério Público também entende que as escolas devem ser as últimas a fechar.

Faz citação de dados sobre números de contágios nas últimas semanas na rede estadual de educação, onde percebeu uma média menor do que a média de contágio estadual da população em geral. Entende que há uma incoerência nesta decisão de fechar as escolas novamente, levando em consideração também que FGV apresentou estudo,

mostrando que o ensino remoto, àqueles que continuaram no ensino remoto, trouxe prejuízo de até 70% no aprendizado dos conteúdos.

Agradece os Colegas que o apartearam, e comunica que fez uma denúncia ao Ministério Público de Santa Catarina sobre a lei aprovada na Assembleia Legislativa, que foi ignorada.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) - Manifesta-se favorável à fala do Deputado, mesmo entendendo da dificuldade de se tomar decisões por parte dos gestores. Comenta sobre a lei que foi aprovada na Casa Legislativa e não foi respeitada, dizendo que a educação é uma atividade essencial.

Deputado Jessé Lopes (Aparteante) - Parabêniza o Deputado pela manifestação, e comenta sobre as incoerências do Estado em relação à pandemia, ao falar sobre a lei aprovada no Parlamento.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Comenta que não critica a ação do Ministério Público em relação às restrições que foram impostas nas duas últimas semanas, porque o órgão citado, bem como o juiz que avaliou o pedido, entenderam que o Executivo tem que fazer a sua parte. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSL

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Exibe no telão do Plenário imagens sobre as manifestações em apoio ao Presidente da República, ocorridas no Brasil no último final de semana, principalmente contra as medidas de restrições dos Governadores e Prefeitos. Comenta que a população não aguenta mais tais decisões políticas, como o *lockdown*. Diz que não há comprovação de que o fechamento total deu certo em algum lugar do mundo, e fala que na Argentina o *lockdown* apresentou aumento do número de casos.

Faz críticas sobre o projeto de Refis enviado pelo Executivo quanto ao parcelamento de juros e multas relativos aos débitos fiscais de março a setembro de 2020 e, por isso, espera que suas emendas sejam aprovadas para socorrer empresários que estão endividados. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSL

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Cumprimenta o Deputado Bruno Souza e o Deputado Jessé Lopes pelas palavras proferidas nos seus discursos. Fala sobre a questão do *lockdown* e conta que muitos Deputados são contra baseados na Ciência. Explica que o Governo Federal fez as suas restrições, e o STF disse que, além do Governo Federal, Prefeitos e Governadores também poderão impor restrições, ou seja, Governadores só podem decretar medidas acima daquilo que foi decretado pelo Governo Federal.

Parabeniza os Prefeitos que querem comprar vacina, desejando que transformem essas promessas em ações, porque além da perspectiva da cura, isso pode causar mais um transtorno psicológico para os cidadãos.

Comenta sobre os vários pedidos de emendas que chegaram ao seu gabinete no ano passado, salientando que entre tais pedidos tem a absoluta certeza que nenhum faz referência a compra de *tablets* para distribuir às crianças dos municípios catarinenses, que muitas vezes têm que dividir o celular com a mãe. Também, enfatiza que não houve pedido para compra de um único respirador, mesmo com o compromisso do Governador de pagar as emendas, porque muitas dessas ações não resultam em votos. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Comenta sobre os ciúmes que o Deputado Ivan Naatz tem de sua pessoa, assim como do Governador Moises, pois que as suas críticas vão além de uma crítica de Governo, entrando no campo pessoal.

Fala sobre a ação que o Deputado Ivan protocolou contra a TPA de Bombinhas, e mais uma vez perdeu, porque o Ministério Público diz não há correlação da lei proposta pelo Deputado com a competência do Município em fazer a sua gestão de pessoas.

Cita a questão da ocupação do Hospital Santa Inês, que no ano anterior foi arguida e, segundo o entendimento do Estado, o melhor seria aportar cerca de 100 leitos na região, primeiro os leitos

de retaguarda em outros hospitais da região, e num outro momento ampliar a capacidade de UTIs nos hospitais Marieta e Rute Cardoso.

Pede que o Deputado Ivan Naatz pare de fazer provocações desnecessárias, pois há muito trabalho a ser feito no Estado, é preciso somar forças para contribuir neste momento de pandemia, e este tipo de atitude não cabe mais no Parlamento.

Acredita que a verdade sempre prevalecerá, e demonstra o seu cansaço com as discussões, afirmando que não respeita a atitude daqueles que querem apenas desconstruir a imagem dos seus Colegas, nada contribuindo com as discussões.
[Taquiografia: Guilherme]

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Chama de incoerentes as medidas dos 22 municípios do Estado que, de uma hora para outra, fecharam as escolas, mesmo sendo serviço essencial, pegando assim todos de surpresa.

Defende os empresários que tiveram que fechar os seus comércios, e lembra que no ano de 2020 estes mesmos demoraram muito com a burocracia para conseguirem atendimento pelo Badesc, aqueles que conseguiram os pouquíssimos recursos.

Apresenta imagem no telão do Plenário, mostrando manchete do aumento promovido pelos Estados sobre o gás de cozinha e diesel, após a isenção de impostos federais. Diz ter ficado chocado com a notícia, e comenta sobre a postagem feita pelo Governador Moises nas redes sociais, de que o Estado não aumentou impostos e tem o menor ICMS sobre os combustíveis entre os Estados do sul e sudeste.

Rebate a afirmação do Governador, que se manifestou dizendo que o aumento foi de acordo com o Confaz, entretanto o vídeo o desmente no minuto final, ou seja, o Estado, num momento de pandemia, um ano depois de fechar tudo para dizer que ia preparar e organizar o sistema de saúde, o que não aconteceu, aumentou o preço médio do combustível na bomba.

Fala que o Estado está em colapso, pois não foi preparado o Sistema de Saúde, e agora querem fechar da noite para dia, e ainda aumentam o combustível para o consumidor final.
[Taquiografia: Guilherme]

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Comenta que março deste ano, assim como março do ano anterior, está sendo difícil para o Estado.

Acrescenta que não há risco de coronavírus nos ambientes de trabalho e ensino escolar por haver medidas de segurança para evitar o contágio. Defende que as pessoas precisam trabalhar e as crianças devem ir para a escola, adotando os protocolos de segurança.

Demonstra preocupação com a forma que os órgãos de controle, Prefeitos e Governo do Estado estão conduzindo o Estado e Municípios, argumentando que cada um está querendo ser protagonista na condução das medidas de combate ao coronavírus. Comenta que é necessário vacina, consciência coletiva e força de polícia para evitar aglomerações em festas e áreas de lazer, e não em escolas e ambientes de trabalho.

Questiona a composição dos membros do Coes, argumentando que a escolha do corpo técnico poderia ter sido mais democrática.

Informa que está levantando dados a respeito da mortalidade em Santa Catarina por conta do Sisreg e da má gestão da pandemia. Acrescenta que fará um pedido de informação para analisar os dados divulgados pelo Governo do Estado sobre as estatísticas dos leitos de UTI ativos.

Enfatiza que a causa principal desse caos é a falta de consciência coletiva dos cidadãos e a falta de ação dos Governos em todos os âmbitos, e reafirma que o trabalho, o sustento e a educação são direitos que não podem ser retirados de nenhum cidadão pagador de impostos, porque isso é um grande crime que está se cometendo em Santa Catarina e no Brasil.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo discurso, e registra

que todos os 23 membros do Coes são todos funcionários públicos.

Deputado Jair Miotto (Aparteante) - Faz coro ao discurso do Deputado. Informa que na reunião com o Secretário da Saúde, André Motta Ribeiro, também sugeriu a reabertura urgente dos 300 leitos de UTI que foram desativados. *[Taquiografia: Northon]*

Partido: PT

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Inicia seu pronunciamento, tecendo críticas ao Presidente na condução do Governo Federal e da pandemia de coronavírus.

Informa que, na presente data, acompanhou o debate sobre as rodovias federais de Santa Catarina, e questiona o fato de o Governo do Estado estar destinando recursos para rodovias que são de obrigação do Governo Federal.

Comenta que o Governo do Estado assinou um protocolo de R\$ 50 milhões para reiniciar as obras da BR-163, trecho que vai de São Miguel do Oeste até Dionísio Cerqueira. Comenta que essa obra começou em 2014, parou em 2016 e segue parada. Teme que o Governo Federal não invista após a finalização dos R\$ 50 milhões destinados à obra. Também comenta sobre os R\$ 200 milhões que o Governo do Estado deseja destinar para as obras da BR-470, que também está parada e precisa ser discutido como será o financiamento. Cita também o caso da BR-282, cujas obras estão lentas há seis anos.

Enfatiza que Santa Catarina foi o segundo Estado que mais deu votos para o Presidente nas eleições de 2018, que até então não fez nada pelo referido Estado. *[Taquiografia: Northon]*

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória n. 00231/2021, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria a sra. Deputada Paulinha.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0243/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre a remarcação e o cancelamento de pacotes de eventos que teriam sua execução durante a pandemia da COVID-19.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com voto contrário do Deputado Bruno Souza.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0273/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nas condições que especifica.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0278/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que acrescenta alíneas ao inciso III do art. 4º da Lei nº 16.733, de 2015, para prever que Comandantes de Batalhão ou de Companhia da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar firmem declaração do efetivo e contínuo funcionamento de entidades requerentes de declaração de utilidade pública estadual.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0002/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados Neodi Saretta, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Volnei Weber, Valdir Cobalchini, Paulinha, Silvio Dreveck e Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO BRUNO SOUZA	não
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	
DEPUTADO MILTON HOBUS	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PE. PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADA PAULINHA	
DEPUTADO RICARDO ALBA	
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O senhor Presidente, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos(as) Deputados(as) Ana Caroline Campagnolo, Dirce Heiderscheidt, Felipe Estevão, Luciane Carminatti,

Nazareno Martins, Romildo Titon, e Sergio Motta favoráveis ao projeto de lei complementar, , fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 30 votos, sendo 29 sim, 1 não e nenhuma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim", um voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 16h26, dando continuidade à pauta da ordem do dia.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sara]